



ACÓRDÃO Nº 881/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11941/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Auxiliadora Abrantes Pinto (Ordenador de Despesa), Regina Fernandes do Nascimento (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4035/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Assistência Social - SEAS. Exercício de 2017.

Irregularidade. null. Alcance. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Sra. Regina Fernandes do Nascimento**, responsável pela Secretaria de Estado da Assistência Social-SEAS, no curso do exercício de 2017, período de 01/01/2017 a 30/09/2017;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Sra. Auxiliadora Abrantes Pinto**, responsável pela Secretaria de Estado da Assistência Social-SEAS, no curso do exercício de 2017, pelo período de 04/10/2017 a 31/12/2017;
- 10.3. **Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária** a **Sra. Regina Fernandes do Nascimento** e a **Sra. Auxiliadora Abrante Pinto** no valor de **R\$ 1.873.140,82**, nos termos do artigo 304, I, da Resolução 04/2002-



ACÓRDÃO Nº 881/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

TCE/AM que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ pela improbidade apontada no item 23;

10.4. Considerar em Alcance a Sra. Regina Fernandes do Nascimento no valor de **R\$ 102.190,85** nos termos do artigo 304, I, da Resolução 04/2002-TCE/AM, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ pela improbidade apontada no item 18;

10.5. Aplicar Multa à Sra. Regina Fernandes do Nascimento no valor de **R\$13.654,39**, nos termos do artigo 308, VI, da Resolução 04/2002-TCE/AM, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pelas impropriedades dos itens 19, 20, 24, 25, 26 e 27.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.6. Aplicar Multa à Sra. Auxiliadora Abrantes Pinto no valor de **R\$13.654,39**, nos termos do artigo 308, VI, da Resolução 04/2002-TCE/AM, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pelas impropriedades dos itens 13, 24, 25, 26 e 27.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.7. Determinar o envio de cópias dos autos à Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE/AM e ao Ministério Público do Estado do Amazonas para tomem as medidas que considerarem necessárias;



ACÓRDÃO Nº 881/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.8. Dar ciência às Sras. Regina Fernandes do Nascimento e Auxiliadora Abrantes Pinto com envio de cópias da decisão do egrégio Tribunal Pleno e do Relatório/Voto.

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Setembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral